

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 71ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 01 de fevereiro de 2016

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 2016, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Septuagésima Primeira Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos do município de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Caetano do Sul, PAULO PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS; de Mauá, DONISETE BRAGA; de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES; e a Vice Prefeita de Rio Grande da Serra, MARILZA DE OLIVEIRA. Presentes também o Diretor de Programas e Projetos, Hamilton Lacerda, e os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires. INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos e informando que o Secretário Executivo está em período de férias, portanto a assembleia será conduzida pelo Diretor de Programas e Projetos, Hamilton Lacerda que está respondendo interinamente pela Secretaria Executiva. Com a palavra, Hamilton inicia agradecendo a todos e apresenta o Sr. Carlos Eduardo Alves, que assumiu interinamente a Diretoria Administrativa e Financeira. Dando início à pauta, cujo primeiro ponto se refere aos temas da SABESP e DAEE, convida a Sra. Karen, analista ambiental do município de Ribeirão Pires, para uma breve apresentação do relatório sobre a transposição da Billings no município de Ribeirão Pires. Ela informa que a Secretaria de Meio Ambiente realizou algumas vitórias nas áreas de impactos no início das obras na região antes da operação. A obra foi inaugurada no início de agosto de 2015 com a presença do Governador Geraldo Alckmin. Com a inauguração da obra constatou-se a incapacidade do córrego em atender a demanda de 4m³/s sem maiores intervenções. Em seguida foram realizados os primeiros testes de volumetria, resultando em pontos de alagamento, erosão das encostas e assoreamento do rio. Por conta disso, a Secretaria de Meio Ambiente embargou a obra, requerendo novas intervenções, dentre elas o desassoreamento e aprofundamento da calha do rio, alargamento das margens e contenção das encostas e melhoria no sistema de desaceleração e escoamento da água. Relata também que a contenção das encostas causou supressão de vegetação da mata ciliar, gerando novas áreas de risco. O bairro mais atingido foi o Jardim Luzitano, e algumas empresas também ficaram alagadas. No dia 7 de setembro a Prefeitura embargou a obra, duas casas foram parcialmente interditadas e foram solicitadas ao DAEE e SABESP novas medidas. Após o primeiro embargo o DAEE construiu muros com o intuito de reduzir a demanda para 2m³/s. Esse ponto é de travessia do bairro com um volume grande de pessoas transitando no local. Foi solicitada uma contenção para segurança dos moradores e na caixa de desaceleração virou um lago por ser uma área aberta, então solicita sinalização, alambrado para fechar e alertar sobre o risco de utilizar a área como espaço de lazer. O presidente questiona se há necessidade de alguma intervenção do Consórcio, e Karen responde que foi protocolado um dossiê na SABESP e DAEE com o relatório do município, mas que ainda não teve retorno. Acha importante o apoio da entidade. O Prefeito Saulo Benevides informa que conversou com o Secretário estadual Edson Aparecido sobre uma possível compensação, que seriam liberadas as emendas e verbas para o Hospital, porém até o momento não

houve retorno. E solicita que o Consorcio reforçe o pleito junto ao governo estadual. Hamilton Lacerda informa que estão agendadas as reuniões com o DAEE e SABESP, nos dias 18 e 25 de fevereiro para discussão desse assunto e da limpeza dos piscinões. O Presidente Luiz Marinho informa que esse item será reforçado nas reuniões agendadas.

Hamilton Lacerda informa também que a Srta. Livia Rosseto, Técnica de Programas e Projetos do Consórcio, fez um levantamento junto ao GT Defesa Civil sobre o balanço da limpeza dos piscinões. O levantamento apontou que em janeiro de 2016, todos os 19 piscinões que o DAEE se comprometeu a fazer a manutenção, limpeza e operação apresentam a necessidade de algum serviço ou ação. Desses 19, apenas em Mauá existe algum registro de atividades de limpeza pelo DAEE nesse mês, e 18 piscinões apresentam necessidade de desassoreamento. O relatório contém as informações e detalhamento de cada município e será apresentado na próxima reunião com o DAEE, agendada para o dia 18. O DAEE informou que garante a manutenção técnica, mas a segurança e limpeza ficarão a cargo dos municípios. O Prefeito Saulo Benevides informa que está com bastante dificuldade dado que seu município não tem nenhum piscinão. Solicita a realização de um estudo para avaliação desse investimento. Apesar de ser uma cidade serrana, com o aumento das chuvas e temporais a cidade tem apresentado pontos de alagamentos. O Presidente Luiz Marinho informa que o estudo sobre macro e microdrenagem que o Consorcio contratou está em andamento, foi assinado recentemente o aditamento e em março será submetido à aprovação do comitê e posteriormente aos prefeitos. O Presidente encerra esse ponto de pauta solicitando a participação dos prefeitos nas reuniões com o DAEE e SABESP.

COMITÊ HABITAÇÃO, GT PLANEJAMENTO URBANO E UFABC

No ponto seguinte, o professor Jeroen Klink, coordenador dos projetos da UFABC contratados pelo Consórcio, inicia seu balanço da execução do plano diretor regional diagnóstico habitacional e observatório de políticas públicas. O contexto geral do termo de cooperação é fortalecer a capacidade do Consórcio Intermunicipal para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do PPA-Regional. Algumas atividades já foram implementadas, entre elas: pesquisa documental; visitas técnicas; coleta, levantamento e análise de dados secundários (IBGE, RAIS/CAGED/EMBRAESP/EMPLASA e outras fontes); Cruzamento com pesquisas da UFABC (PMCMV na região, economia imobiliária, intensidade tecnológica das cadeias produtivas etc.); entrevistas com coordenadores dos GT (Meio Ambiente e Mobilidade) e gestores locais; participação em discussões sobre o PDU-I metropolitano; montagem de banco de dados espaciais; produção de Mapas Temáticos (Economia, Desenvolvimento Urbano e meio ambiente); primeira apresentação do diagnóstico preliminar para o Consórcio em 14/12/2015. As próximas atividades são: corrigir, complementar e atualizar informações da oficina de 14/12; retomar o grupo temático para Cartografia e Geoprocessamento; aperfeiçoar os cruzamentos entre as várias dimensões apresentadas (economia urbana-metropolitana, economia imobiliária; estruturação urbana; dimensões socioambientais – três oficinas planejadas com gestores municipais); avançar com a discussão, análise de temas específicos e visitas (SEMASA/Governo do Estado): planejamento do seminário internacional previsto para Junho 2016 (mobilização e mapeamento de potencialidades); cenários e tendências (a partir do mês abril); e explorar relações entre o PAM, PDE – São Paulo e PDR-ABC. As oficinas serão: 1- Oficina Temática - Estruturação Urbana - 16/02/2016 - 14hs -

Consórcio Intermunicipal Grande ABC; 2- Oficina Temática - Meio Ambiente/Sustentabilidade - 23/02/2015 - 14hs - Consórcio Intermunicipal Grande ABC; 3- Oficina Temática - Desenvolvimento Econômico - 01/03/2016 - 14hs - Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Solicita aos prefeitos e assessores o apoio das secretarias e grupos envolvidos para participarem das oficinas.

Informe sobre o Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, no âmbito metropolitano. Com a palavra, o Sr. Hamilton Lacerda faz uma breve apresentação sobre o PDUI. Informa que depois de encomendarmos o Plano Diretor Regional, o governo estadual iniciou as discussões do PDUI. Ressalta que como o Prof. Klink informou, há varias coisas acontecendo paralelamente. Os Prefeitos sabem que há um movimento de articulação para o Prefeito Luiz Marinho assumir a Presidência do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e toda essa discussão do PDUI está oficialmente sob a condução do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano. Então temos uma avaliação que este trabalho que nos estamos fazendo, seja com a UFABC e seja a nossa intervenção diretamente nos grupos de trabalho do PDUI, é fundamental para dar a sustentação ao Consórcio e ao Prefeito Luiz Marinho que vai assumir esse papel lá. O Prof. Klink coloca que se deve discutir governança de todo o sistema de desenvolvimento metropolitano. Com a palavra, o Presidente Luiz Marinho diz ser importante registrar e que os prefeitos tenham isso em mente, em especial os prefeitos que seguramente continuarão na próxima gestão, que a região metropolitana que não construir isso aqui deixara de receber recurso federal. Todo projeto habitacional, ou de drenagem ou mobilidade deixará de receber recurso federal se não houver um PDU-I metropolitano ate o inicio de 2018. É muito importante ter clareza disso. E infelizmente estamos em um patamar que deveríamos estar a muito tempo atrás. Deveríamos ter ultrapassado esse patamar. É desejado que se tenha uma governança regional e metropolitana de forma mais organizada e mais eficiente. Registra que pessoalmente não tem nenhum desejo de assumir a presidência do Conselho Metropolitano, mas acredita também que as condições para tanto vão se impor. Continuando com a apresentação, Sr. Hamilton Lacerda informa que em síntese, o PDUI deverá produzir os seguintes resultados: I – as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos; II – o macrozoneamento da unidade territorial urbana; III – as diretrizes quanto à articulação dos Municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano; IV – as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana; V – a delimitação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais, se existirem; e VI – o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições. Prazo final para a conclusão do Plano é 13 de janeiro 2018. Continuando, registram que a presença do Prefeito Luiz Marinho no Conselho de Desenvolvimento Metropolitano será muito importante pra consolidar e empoderar os consórcios públicos nesse processo. O nosso Consorcio tem essa experiência inédita e pioneira, e isso pode se materializar nesse processo. Até junho devem acontecer as audiências públicas com o primeiro caderno de proposituras, ao final terá o segundo caderno e entra no período de debate com outros atores.

O próximo ponto de pauta se refere à apresentação do balanço anual da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na região, referente a 2015. Está presente o Sr.

Alexandre Loloian, da Fundação SEADE, que irá apresentar o balanço de 2015, com destaque para dezembro que é o último resultado. Com a palavra, Alexandre Loloian agradece o convite para apresentar aos prefeitos os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Os dados de dezembro mostrou elevação da taxa de desemprego total no ABC, ao passar de 12,2%, em novembro, para os atuais 13,3%. O contingente de desempregados foi estimado em 188 mil pessoas, um aumento de 17 mil ante o mês anterior. Este resultado decorreu da ligeira redução do nível de ocupação (eliminação de 5 mil postos de trabalho, ou -0,4%) e do aumento da PEA (12 mil pessoas entraram na força de trabalho da região, ou 0,9%). Entre novembro e dezembro, a taxa de desemprego total manteve-se relativamente estável na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (de 14,1% para 13,9%), diminuiu na capital paulista (de 13,8% para 13,1%) e cresceu nos demais municípios da RMSP, exceto a capital (de 14,6% para 15,0%). Na Região do ABC, o contingente de ocupados diminuiu 0,7%, sendo estimado em 1,26 milhão de pessoas. Setorialmente, esse resultado decorreu de reduções na Indústria de Transformação (-4,2%, ou eliminação de 13 mil postos de trabalho) – embora com menos intensidade no segmento metal-mecânica (-3,7%, ou -6 mil) – e no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-1,5%, ou -3 mil), apenas parcialmente compensadas pelo crescimento nos Serviços (1,5%, ou geração de 10 mil postos de trabalho). Na comparação com novembro, no entanto, houve expansão do nível de ocupação na Indústria de Transformação (15,5%, ou geração de 41 mil postos de trabalho), com destaque para o segmento da metal-mecânica (15,2%, ou 21 mil). Destaca ainda que a região do Grande ABC conta com 20.365 beneficiários do Programa de Proteção ao Emprego (PEE), número correspondente a 43,49% do total em todo o país. Esse programa tem um peso importante no ABC, mostrando que a relação entre os sindicatos e as empresas se destaca. Segundo posição na ocupação, o número de assalariados cresceu 2,5%. No setor privado, aumentou o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada (3,1%) e diminuiu o sem carteira (-4,7%). No setor público, o número de assalariados elevou-se em 3,9%. No mês em análise, reduziram-se os contingentes de ocupados nas demais posições (-7,9%) e de autônomos (-4,9%) – com decréscimos dos que trabalham para o público (-4,7%) e para empresas (-4,0%). Em dezembro, a média de horas semanais trabalhadas permaneceu estável entre os ocupados (40) e aumentou para os assalariados (de 40 para 41). Diminuiu a proporção dos que trabalharam mais de 44 horas semanais entre os ocupados (de 26,7% para 25,9%) e, em menor medida, entre os assalariados (de 23,1% para 22,8%). Entre outubro e novembro de 2015, reduziu-se o rendimento médio real dos ocupados (-0,7%) e aumentou o dos assalariados (0,8%), que passaram a equivaler a R\$ 2.058 e R\$ 2.187, respectivamente. Pouco variou a massa de rendimentos dos ocupados (0,3%), em decorrência do aumento do nível de ocupação e da redução do rendimento médio real. A massa de rendimentos dos assalariados elevou-se em 1,6%, em função de acréscimos do nível de emprego e do salário médio real. No ano passado, houve muita oscilação nas taxas de ocupação ao longo dos meses, o que ajudou a prejudicar a média anual. A queda no nível de ocupação foi a maior da série histórica, iniciada em 1999, o impacto só não foi maior porque a População Economicamente Ativa (PEA) não cresceu. No ano em análise, o total de desempregados foi estimado em 175 mil pessoas, o de ocupados em 1.224 mil e a PEA em 1.399 mil. Apesar de o Comércio ter criado 14 mil vagas em 2015, a eliminação de postos nos demais setores provocou a queda. A taxa média de desemprego total

elevou-se de 10,7% para 12,5% entre 2014 e 2015. O comportamento da população pode influenciar positivamente esses dados nos próximos meses, de acordo com Loloian. Um fator que pode determinar se vai haver mudança nos números é a quantidade de pessoas buscando emprego. Se as famílias conseguirem balancear a perda do poder de compra, que ocorre devido à alta da inflação, é possível que mais pessoas em uma mesma casa se vejam obrigadas a procurar emprego. De acordo com a análise setorial, a retração decorreu de reduções na Indústria de Transformação, com eliminação de 33 mil postos de trabalho (queda de 10,3%) e na Construção, com encerramento de 6 mil postos (recoo de 7,7%). Do lado positivo, destaque para a geração de 14 mil postos de trabalho no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (alta de 7,0%). A eliminação de 32 mil postos de trabalho, associada ao ligeiro decréscimo da População Economicamente Ativa (7 mil pessoas deixaram de fazer parte da força de trabalho da região, ou -0,5%), resultou no aumento do contingente de desempregados em 25 mil pessoas (de 150 mil para 175 mil). Em Serviços, houve eliminação de 9 mil vagas (diminuição de 1,4%). A maior queda ocorreu no nível de ocupação em informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (eliminação de 10 mil postos de trabalho, ou queda de 7,9%), administração pública, defesa e seguridade social; educação; e saúde humana e serviços sociais (-6 mil, ou -3,1%), transporte, armazenagem e Correio (-6 mil, ou -7,0%), serviços domésticos (-4 mil, ou -6,2%) e atividades administrativas e serviços complementares (-2 mil, ou -3,6%). A exceção foi a categoria de atividades de alojamento e alimentação e outras atividades, que inclui artes, cultura, esporte e recreação, e que registrou geração de 16 mil postos de trabalho (alta de 13,1%). No segmento privado, retraíram-se os contingentes de assalariados com e sem carteira de trabalho assinada (-5,4% e -10,2%, respectivamente). Elevou-se o número de autônomos (4,8%) – com ampliação para aqueles que trabalham para o público em geral (9,3%) e redução para os que trabalham para empresas (-1,0%) –, o de empregadores (6,1%) e o daqueles classificados nas demais posições ocupacionais (8,3%) e reduziu-se o de empregados domésticos (-6,2%), principalmente de diarista (-14,7%) e, em menor medida, o de mensalistas (-2,5%). Quanto às jornadas de trabalho, entre o biênio 2014-2015, diminuiu a jornada média dos ocupados (de 41 para 40 horas semanais) e a proporção dos que trabalharam mais do que a jornada legal de 44 horas (de 28,6% para 27,6%). Permaneceu estável a jornada média de trabalho dos assalariados (41 horas), resultado da estabilidade desse indicador na Indústria de Transformação (41 horas), na Construção (42 horas), no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (44 horas) e nos Serviços (40 horas). Houve queda nos rendimentos médios reais de ocupados (-7,3%) e assalariados (-5,0%), que passaram a equivaler a R\$ 2.170 e R\$ 2.242, respectivamente. No período em análise, o salário médio do setor privado diminuiu 5,7%, passando a equivaler a R\$ 2.136, reflexo da redução nos Serviços (-6,3%, R\$ 1.996), no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-6,0%, R\$ 1.666) e na Indústria de Transformação (-3,5%, R\$ 2.596). Também diminuíram os rendimentos médios dos assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada (-6,1%, R\$ 2.225) e sem carteira (-5,6%, R\$ 1.384) e dos empregados do setor público (-3,6%, R\$ 3.052). Retraíram-se o rendimento médio dos autônomos (-7,4%, R\$ 1.754), principalmente daqueles que trabalham para o público (-12,0%, R\$ 1.470) e, em menor proporção, dos que trabalham para empresas (-0,9%, R\$

2.145) e dos empregados domésticos (-5,6%, R\$ 1.025). O Presidente Luiz Marinho pergunta como está a reação da indústria de transformação da região. Alexandre Loloian responde que a região metropolitana como um todo teve o mesmo comportamento. Na Região Metropolitana, que inclui o ABC, houve um aumento de 30.000 postos de trabalho e um crescimento de 2,5%, de novembro a dezembro. É sinal que não é concentrada aqui. Outra coisa é isso, não é só a Metal mecânica também, porque ela representou aqui no ABC só metade do crescimento do total da indústria de transformação. Então deve ter muita coisa de alimentação, dos outros setores da indústria de transformação que não o metal mecânico. O Presidente pergunta: e na indústria de transformação como foi a evolução. Alexandre Loloian responde que cresceu 15% no Grande ABC. Na Região Metropolitana de São Paulo cresceu 2,5%. Foi um crescimento forte. O Presidente Luiz Marinho ressalva que historicamente a Região do ABC sofre primeiro e depois sai primeiro dos problemas. Alexandre Loloian concorda e reforça que a PED antecipa os fatos do que vai acontecer na Região Metropolitana. O Presidente novamente pergunta se há dados do Brasil. Alexandre responde que não e informa que no Brasil o último dado de uma pesquisa domiciliar (PNAD CONTINUA do IBGE) é um dado do terceiro trimestre, porque não há o do quarto trimestre ainda. Em 2008, quando iniciou aquele cataclisma, os níveis de desemprego continuaram caindo porque as pessoas não foram para o mercado de trabalho, pois achavam que não iam ter muita oportunidade.

Encerrada a apresentação, o Sr. Hamilton Lacerda passa para o próximo ponto da pauta, relativo à CAMPANHA DE COMBATE À DENGUE, com a avaliação da atividade realizada no dia 30 de janeiro de 2016 e próximas atividades.

Com a palavra o coordenador do GT Saúde e secretário de Saúde do Município de Santo André, Dr. Homero Nepomuceno, inicia cumprimentando e agradecendo a todos os prefeitos e presentes e informa a realização de uma segunda atividade. A primeira já tínhamos feito um lançamento no final do ano passado em Diadema na divisa com SBC. No sábado agora, estiveram na região da divisa de Santo André, com São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, mais precisamente na região da Rua Afonsina, mobilizando em torno de 600 pessoas e várias instituições: bombeiros, escoteiros, defesa civil, trânsito, e guardas municipais participaram da ação. O evento teve bastante repercussão do ponto de vista da inserção dos municípios e também da divulgação das atividades junto à comunidade. Os eventos tem uma característica de alertar, organizar e sensibilizar as pessoas. Estamos vivendo uma situação problemática. Comparando números, nós estamos muito próximos dos casos notificados nas 3 primeiras semanas deste ano do que do ano passado. Estamos com problemas porque casos notificados não são casos confirmados. Em termos de notificados, estamos com o mesmo número. Foram 490 casos notificados no ano passado e 510 deste ano. Mas os notificados não são confirmados. Os confirmados são metade desse número. Esta avaliação não estamos conseguindo fazer porque quem é responsável por fazer a devolução dos exames é o Instituto Adolfo Lutz, do Governo do Estado, e até agora devolveram poucos resultados dos exames que foram colhidos nestas últimas 4 semanas. Apesar do governo estadual dizer que vai fornecer os exames e os kits, na prática isso não tem acontecido. Alguns municípios, como São Paulo, compram o teste rápido, que serve justamente para ter essa ideia de onde os casos autóctones estão sendo verificados e direcionar um trabalho para esses locais. Aqui na região nenhum município fez a compra dos testes rápidos porque são muito

caros, e se comprar nunca mais poderá parar. E com o avanço do número de notificações que vamos ter, teria de aumentar o número de kits comprados. Então vivemos esse problema, é um debate que fazemos com o governo estadual. E o governo federal não tem aumentado os aportes de recursos financeiros. O Prefeito Lauro informa que o Ministério da Saúde não tem mandado sorologia. Dr Homero alerta que realmente há esses problemas e terão de ser encarados do ponto de vista técnico. O Governo do Estado garantiu que enviaria os kits e não tem sido feito. O Presidente diz que a questão aqui funciona assim, quando temos a responsabilidade, nós temos de nos virar e não tem com quem reclamar. Se a responsabilidade é do Estado, é do Estado. Ele tem de cumprir a obrigação dele conosco e ponto. O governo que cobre do Ministério da Saúde e cumpra conosco. Ele também cumprimenta os municípios e o grupo que preparou o evento, que correspondeu amplamente ao que eu tinha provocado no Centro de Formação da Guarda, dizendo que deveríamos pensar em eventos que provocassem, que desse um chacoalhão na população. Fizemos um evento digno dos eventos que o Consórcio tem de preparar. Isso serve para essa área e para outras. Infelizmente a mídia não faz corretamente, porque falou do evento mas não falou do Consorcio e não disse que era ação dos 7 municípios. Não assisti a reportagem, mas soube que não falaram corretamente. De qualquer forma, foi um belo evento. Homero Nepomuceno afirma que estaremos reunidos com o grupo técnico, na sala de situação da Dengue, com ideia de atacar duas áreas com a mesma dimensão ou parecida. A ideia é fazer o próximo evento em Mauá, em um local de grande movimentação de pessoas, montamos a parte de educação e sensibilização das pessoas e depois o deslocamento para uma região de fronteira na divisa com SP, Santo André e Mauá. E a outra, na região de São Bernardo do Campo, que faz divisa com Diadema e São Paulo, próximo ao Taboão, Vila Liviero e Zoológico. São duas áreas de pressão muito grande, a gente acha que se fizer uma em um mês e outra no outro mês, vai ficar um intervalo muito grande. Então vamos ver se fazemos um evento durante a semana e outro no sábado. O Prefeito Lauro ressalta que os municípios estão fazendo suas próprias campanhas também. Dr Homero diz que o trabalho do dia a dia pode ser potencializado por essas ações que chamam a atenção para que a coisa saia desse nível abaixo do nível do mar, que as pessoas não enxergam. Quando fazemos esses eventos e vamos para a praça pública e chamamos os bombeiros, o tiro de guerra, escoteiros, para fazer evento em locais de grande circulação de pessoas, acreditou potencializar esse trabalho diário que é o principal. O Presidente Luiz Marinho sugere fazer mais duas grandes mobilizações. Dr Homero diz que essa é a ideia e que pretendem focar nestas duas áreas que já citou. Por último, só para ciência dos prefeitos, também estamos fazendo outra mobilização que é um plano de contingência assistencial com as UPA's, hospitais e prontos-socorros. Porque nós estamos nos preparando para a ocorrência de grande número de casos. Esse número de casos que pessoas que vão para o pronto atendimento vão aumentar muito. Em 95% são casos leves que necessitam só de orientação, verificação, atendimento e dispensa da pessoa para casa com orientações. Mas eles acabam, por conta das de atendimento da demanda normal, ocasionando uma série de problemas, e muitas vezes quem realmente necessita de cuidados acaba tendo o tratamento retardado. Já nos reunimos com diretores de upas, prontos socorros e hospitais. E possível que tenhamos de montar planos de contingenciamento como SP fez ano passado, com uso de tendas, com locais para desviar esse atendimento daqueles de fluxo normal.

Reforça que os municípios devem mandar os dados para o GT Saúde. Hamilton Lacerda diz que estão fazendo a sala de situação e há uma das cidades que não está mandando as notificações da dengue no prazo e alerta o Prefeito Lauro, que falará com o Secretário da Saúde em Diadema.

O próximo ponto de pauta é o Balanço do programa de remoções preventivas de moradias em áreas de risco, Hamilton Lacerda informa que preparamos um balanço sobre o programa de remoções preventivas das moradias em áreas de risco. É um programa que é inédito. O Consorcio foi pioneiro nisso, sendo um case que apresentamos em todos os lugares que vamos, mas a avaliação é que é um programa que precisa de um novo rumo. Houve uma primeira fase, que vamos aqui apresentar, e os senhores prefeitos avaliam como devemos caminhar. Com a palavra, a Sra. Sandra Malvese, Técnica de Programas e Projetos, inicia sua apresentação. Lembra que o programa começou a ser pensado em 2013 e nós temos esse balanço a partir de fevereiro de 2014 até fevereiro de 2016, com alguns resultados para apresentar.

O objetivo principal e inicial do programa é fazer a remoção preventiva daquelas moradias em risco iminente, ou seja, a moradia que é um risco mais que muito alto nos municípios, fazer a concessão do auxílio aluguel pra famílias removidas até o atendimento definitivo. O termo original previa 36 meses de auxílio aluguel: o Estado contribui com 50% do valor, limitado a R\$ 200,00 e o município com o restante, a recuperação das áreas e demolição das moradias nessas áreas com limpeza e vegetação e fiscalização para evitar novas ocupações e a produção de unidades habitacionais definitivas para que a família que recebe auxílio aluguel, passe para um conjunto habitacional definitivo.

Os municípios verificaram que das 630 unidades identificadas, 328 já tinham programas habitacionais para atendê-las e 302 novas unidades seriam necessárias. O balanço principal é que de fevereiro/2014, tínhamos 630 moradias em áreas de risco e foram removidas 536 até sexta feira quando fechamos o balanço. Isso representa 85% do programa todo. A gente tem aqui o número da evolução dessas remoções. Os números estão bastante tímidos ainda, sendo que apenas uma família em São Bernardo já saiu do auxílio aluguel deste programa e foi para a solução definitiva. A grande maioria das notificações foi feita. Muitos municípios chegaram próximos do total, sendo que São Bernardo foi o primeiro município que atingiu o número total. Das 330 moradias em áreas de risco, há apenas 12 famílias atendidas em solução habitacional definitiva. O convenio com o Governo do Estado para esse repasse do auxílio aluguel foi assinado em 13 de maio de 2014 e encerrará em 13 de maio de 2017. Assim será necessário terminar de produzir essas unidades habitacionais ou arcar com o pagamento de 100% do auxílio aluguel. E no caso da continuidade do programa, atualizar o mapeamento pelas próprias equipes municipais. Em vários municípios isso já é feito anualmente. É preciso levantar o novo número de moradias em risco 4, que provavelmente mudou e não é mais o mesmo e buscar novos recursos com o Governo Estadual. O Presidente questiona quais as cidades que não conseguiram remover todas as famílias. Sandra – Rio Grande da Serra, de 30 removeu somente 11. Mauá, de 145 removeu 100. Ribeirão Pires, de 33 removeu 20. Diadema, de 37 fez a remoção de 28 e Santo André, de 322 fez de 314. O Presidente deixa um registro de alerta e para analisar. O número de 85%, é um balanço positivo. Não resta dúvida quanto a isso. No final do ano passado fiz esse registro também. O período de chuva está vindo aí. Se tínhamos uma situação de que essas famílias estavam em

situação de risco, período de chuva é risco iminente. Se vier a acontecer alguma tragédia com uma dessas famílias, com o convênio assinado com o Governo do Estado, coitado do prefeito que isso acontecer. Isso foi um alerta do ano passado e quero reforçar hoje, para as cidades envolvidas revisitarem o assunto e ver se não tem alguma ação forte para tomar. O tempo que nós viabilizamos isso não é tímido no programa. Ele é um caso muito importante. O presidente questiona ainda para quantas das 536 removidas nós viabilizamos projetos definitivos? Sandra Malvese responde que apenas 12 estão viabilizadas em projetos. O Presidente conclui que ainda restam 232 que as cidades estão comprometidas a viabilizar em novos projetos. O problema de risco não é 330 moradias na região. É muito maior. Os municípios tinham tomado providencias. Os dados se referem ao convenio com o Estado. Em São Bernardo não eram 63, eram mais de 1000 famílias. O presidente Luiz Marinho lembra que já entregamos mais de 5000 unidades em áreas de risco. Então se for olhar o programa inteiro, ele é muito maior do que isso. Aqui é o que conseguimos fazer com que o Estado fosse solidário conosco. É preciso dar sequência no processo de convenio com o Estado, inclusive, na viabilização das soluções definitivas. É evidente que ao colocar no projeto, a pessoa não tem a chave imediatamente. Vai depender de 18, 24, 36 meses. Vai depender do período de maturação do projeto. Conclui que o grupo tem de organizar uma reunião com o ente Estadual para solução dos problemas. Porque nós fizemos em 36 meses e nós sabíamos que não era possível resolver em 36 meses. O que foi feito é um convênio de 36 meses e agora é preciso forçar a barra para enquadrar todos os projetos, você tem a visibilidade de quanto tempo é preciso para resolver todas as questões.

Encerrado o ponto, o Prefeito Donisete Braga solicita a palavra para dar três informes. Haverá um seminário de Educação na Universidade Metodista, realizado pelo consórcio e pela Agência. Informa que também fez um contato com a Apex para dar incentivo às empresas e buscar parcerias. Estamos marcando agenda para a próxima semana. Solicita que se for possível, convidar o presidente da Apex para vir à próxima assembleia. Solicita também a presença do Guilherme Afif, presidente do SEBRAE Nacional. **INFORMES: Sobre a Campanha Travessia Segura 2016;** com restrições da lei eleitoral, estamos colocando a campanha Travessia Segura dentro das escolas, fundamentalmente no primeiro semestre, e em breve os prefeitos receberão o calendário para acompanhar em suas cidades.

Andamento da execução do Estudo Regional de Macro e Micro Drenagem. O prefeito Luis Marinho apontou que o jornal Diário do Grande ABC fez as fotos achando que resolveriam o problema, na verdade, o processo está em pleno andamento e os resultados são positivos. O Comitê de Programa aprovou o aditamento para fazer a simulação hidrológica e na assembleia de abril os senhores prefeitos receberão esses dados. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12 horas, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Hamilton Lacerda, Diretor de Programas e Projetos e respondendo interinamente pela Secretaria Executiva do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 01 de fevereiro de 2016. Prefeitos presentes na 71ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIZ MARINHO
Presidente
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS
Vice Presidente
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito de Mauá

SAULO BENEVIDES
Prefeito de Ribeirão Pires

MARILZA DE OLIVEIRA
Vice Prefeita do Município de Rio Grande da Serra

HAMILTON LACERDA
Secretário Executivo da Presidência Interino

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 71ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.